

CENAS DA TRANSIÇÃO NO MARANHÃO: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Ana Raquel Alves de Araújo¹

Resumo: Neste trabalho abordarei discussões da literatura sobre o comportamento da sociedade civil maranhense, que tiveram como foco as suas manifestações nas ruas e praças e também as entidades organizadas, que tiveram caráter não hegemônico, ou seja, não assumiram os interesses da classe dominante no Maranhão. O interesse é mapear as ações coletivas dos grupos sociais, suas estratégias e articulações políticas. Procurei apontar as lutas mais significativas quanto às produções acadêmicas para constituir um cenário social do Maranhão na Transição.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Transição Democrática; Maranhão.

Introdução

Este trabalho apresenta um cenário da sociedade civil maranhense a partir da pesquisa bibliográfica dos movimentos sociais atuantes no período da Transição Democrática, na tentativa de expor a conjuntura de mobilizações em torno do fim do regime autoritário e também de outras bandeiras, consideradas novidades no quadro histórico da atuação social brasileira, bem como maranhense.

O interesse é mapear as ações coletivas dos grupos sociais, suas estratégias e articulações políticas da sociedade maranhense no período da Transição Democrática. Desde já, estou ciente que a tarefa de discutir a literatura sobre esta temática envolve um número considerável de estudos, devido à própria abrangência que é a sociedade civil. Diante disso, foquei nos movimentos e organizações que levantavam a bandeira da democracia, o movimento estudantil e o movimento feminista. Considero que estas foram lutas significativas para constituir um cenário social do Maranhão na Transição.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN/UEMA. Bolsista FAPEMA.

Movimento *Oposição pra Valer*, SMDDH E CBA-MA: organizações pela democracia

Serão abordadas as entidades e os movimentos que tiveram reivindicações que ligavam a democracia e os Direitos Humanos, no intuito de questionar o regime ditatorial.

É interessante pontuar que

a inclusão desse tema [Direitos Humanos] na agenda política está vinculada a organizações da sociedade civil, partidos políticos e grupos de esquerda e, principalmente, setores progressistas da Igreja católica, pioneiros na denúncia à prática da tortura e da violência policial com motivações políticas (grifos da autora) (DIAS, 2011, p. 45).

Partirei da constituição de duas organizações que tiveram sua origem relacionadas com o MDB. São elas: o Movimento ou Comitê *Oposição pra Valer* e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). E por último abordarei a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-MA).

Dentro do MDB, uma ala assumia uma postura mais engajada e voltada para a esquerda. Segundo Borges, dois membros dos chamados “autênticos”, Haroldo Saboia e Freitas Diniz, organizaram o Movimento *Oposição pra Valer* durante o processo eleitoral de 1978, que teve como propósito reunir os setores da esquerda – intelectuais, estudantes, comunistas das diversas orientações e católicos progressistas – em torno da eleição de parlamentares comprometidos com a execução de mandatos populares, com o intuito de educar e mobilizar o povo para ocupar as ruas, contribuindo para a retomada da democracia, associada à questão dos direitos sociais e políticos (PEREIRA, 2015a, p. 70), e a defesa dos Direitos Humanos (BORGES, 1997, p. 73).

Já Pereira pontua que o Movimento *Oposição pra Valer* era heterogêneo, composto, além dos parlamentares, por artistas e pessoas envolvidas em outros movimentos sociais na Ilha, e não teve a direção dos dois parlamentares como pontapé inicial.

De modo geral, todos concordavam que as eleições de 1978 eram o momento oportuno para a inserção de um candidato na disputa eleitoral com o objetivo de representar uma série de demandas sociais e dos segmentos de esquerda. Nesse sentido, identificam-se os problemas de abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais, percebendo que o termo — *Oposição pra Valer* traz consigo uma característica relacional que aponta a — causa de todos esses

problemas – o governo militar – e, ao mesmo tempo, canaliza todas as ideias de possibilidade de mudança em torno de uma campanha (PEREIRA, 2015a, p. 75).

Haroldo Saboia, cuja campanha foi direcionada, foi o candidato mais bem votado do MDB. Venceu para o cargo de deputado estadual com o lema “Nem Maranhão Velho, nem Maranhão Novo, Maranhão do Povo”. Entretanto, após sua vitória, a heterogeneidade do grupo ficou evidente quanto aos rumos do movimento, já que uns percebiam a centralidade da disputa política no papel do parlamentar, e outros valorizavam a base política popular construída durante a campanha (PEREIRA, 2015a, p. 73).

Da cisão no Movimento *Oposição pra Valer*, formou-se a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, em 1979, que dentro da linha de atuação e interpretação do primeiro, como “a identificação dos atores e a solução dos problemas por meio da eleição de um deputado com capacidade de representar todos os segmentos afetados por esses problemas” (PEREIRA, 2015a, p. 74), ressignificou os problemas – abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais – “em termos de justiça social, inserindo assim a possibilidade de desenvolvimento de uma linguagem pautada na ideia de reivindicação de direitos, de Direitos Humanos” (PEREIRA, 2015a, p. 74).

As rupturas e saída de muitos militantes, não impediu que o Comitê continuasse existindo e produzindo sucessivas vitórias eleitorais. Dos dissidentes, ficaram com o deputado Haroldo Sabóia aqueles considerados imprescindíveis, os cabos eleitorais que trariam votos (DIAS, 2011, p. 53).

A dissidência não significava que houvesse uma homogeneidade, mas

a convergência desses militantes baseava-se na oposição à ditadura militar e, sobretudo, na compreensão de que esta deveria acontecer através do reforço à organização dos movimentos populares (DIAS, 2011, p. 53).

Assim, a SMDDH atuava prioritariamente na mobilização popular, educação de base e apresentação de denúncias de “violações de direitos” (PEREIRA, 2015a).

A seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia compunha o quadro das mobilizações sociais de caráter democrático popular. Foi criado em 1979, pelo advogado Reginaldo Telles, sendo construído

em reforço ao movimento nacional que reivindicava anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos e exilados do país pelos atos

institucionais dos governos militares. Reivindicava também o abrandamento da Lei de Segurança Nacional e o retorno da autonomia do Congresso para proceder à anistia política (BORGES, 1997, p. 100).

O CBA-MA esteve junto com os outros movimentos sociais de São Luís, realizando diversas atividades em memória dos mortos e desaparecidos, tendo destaque o ato público do dia 14 de agosto de 1980, contra o projeto de anistia encaminhado para o Congresso pelo governo Figueiredo² (BORGES, 1997, p. 100).

Movimento Estudantil e Greve da Meia-Passagem

O movimento estudantil foi expressivo nas mobilizações do período da Transição, envolvendo-se em torno da luta pela meia-passagem e criando um clima de renovação política e protesto diante do regime autoritário que havia extinto a maior organização estudantil do país³.

O ano de 1977 marca o retorno das atividades do movimento estudantil maranhense a partir de reuniões em torno da questão da meia-passagem que havia sido extinta após a implantação da ditadura⁴, e também a partir da reestruturação do Movimento Estudantil nacional. Momento em que assume a responsabilidade de agente social em nível regional (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 12).

Apesar dessa articulação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), esta organização teve papel praticamente nulo no processo de rearticulação dos estudantes na cidade de São Luís. Foram estudantes ligados à Igreja Católica, em especial da

² O projeto de Anistia encaminhado pelo presidente Figueiredo, e que acabou sendo aprovado, em 28 de agosto de 1980, assegurava “que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas” (grifo do autor) (SILVA, 2003, p. 270).

³ “Os estudantes foram, sem dúvida, um dos principais setores responsáveis pelo clima de efervescência política daquele período. Por essa razão foram duramente perseguidos e reprimidos durante o regime militar que se instaurou com o golpe de 1964. No dia seguinte ao golpe, a UNE foi extinta e sua sede incendiada. A entidade iniciava, naquele momento, um longo período de clandestinidade” (COSTA, Célia M L. Os estudantes e a política. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica Acesso em: 26 Ago 2016.

⁴ Em 30 de março de 1965, a lei da meia-passagem passou a ser ignorada. Desarticulado e reprimido, o movimento estudantil muito pouco ou quase nada podia fazer enquanto no estado ditatorial no Brasil (FIALHO JR., 2007, p. 28).

Pastoral da Juventude (PJ), que retomaram a mobilização política independente dos quadros institucionais das universidades locais⁵.

O Movimento Estudantil Maranhense, apesar de se mobilizar em função da reestruturação da UNE não tinha participação muito ativa neste movimento. [...] Havia um distanciamento que fez com que o Movimento Estudantil no Maranhão, como em outros estados do Norte e Nordeste, [caminhasse] com a força da sua própria estrutura e o apoio da igreja, mas sem deixar a luta em prol da UNE em um segundo plano (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 26).

Ilídio Lima Fialho Júnior oferece uma exemplificação da atuação da UNE:

A gente se organizava, se organizou para dar força à UNE, para que ela voltasse a existir, mas a interferência ideológica de formação aqui dentro do estado não. Existia alguma coisa de relação com a Diretoria da UNE para a região Norte/Nordeste, mas não tivemos grandes influências não. O movimento aqui era um movimento mais localizado realmente (VIÉGAS, 2004, p. 20 apud FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 26).

Segundo Fialho Júnior, somente a partir do ano de 1979 a UNE se tornou mais participativa nos Movimentos Estudantis de São Luís. Até esse ano a Igreja tomou atitudes para despertar do senso crítico e libertário dos jovens.

Esse posicionamento da Igreja Católica, como oposição da Ditadura Empresarial Militarregime de exceção iniciado em 1964, se deu após o seu rompimento com o poder quando foi instituído o AI-5⁶, em que os direitos humanos passaram a ser violados. Essa instituição se converteu no único centro de oposição institucional, desafiando o governo em matéria de direitos humanos e ao dar prioridade a sua “opção pelos pobres”⁷ (COSTA, 1994, p. 13).

Na Transição, a Igreja Católica emergiu como um dos principais interlocutores dos governos autoritários, ao lado da OAB e da ABI (COSTA, 1994, p. 13).

⁵ Em fins dos anos 1970, havia em São Luís duas universidades: Fundação Universidade do Maranhão FUM (hoje denominada Universidade Federal do Maranhão – UFMA) e a Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM (atual Universidade Estadual do Maranhão – UEMA) (BORGES, 1997, p. 48).

⁶ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, passou a autorizar o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 25 Ago. 2016.

⁷ Sobre a Teologia da Libertação ver ZANINI (2011).

Para Gramsci, a religião apresenta uma concepção de mundo baseada no senso comum, e que deveria sofrer a crítica para que a cultura, e conseqüentemente, a política, tenha grande alcance filosófico. Pelo descortinamento ideológico os homens e mulheres adquirem consciência dos conflitos (GRAMSCI, 1999, p. 56).

Para Borges, além da Igreja Católica, o que veio a interferir no movimento estudantil foi o grupo em torno do cearense Gilvan Rocha, que instruía nos caminhos do marxismo, diferenciando-se do grupo da Igreja (BORGES, 1997, p. 53), mas que não chegou a “ameaçar” a predominância católica. Por isso a autora lança a tese da articulação entre fé e política: “o empenho em vivenciar a dimensão política da fé religiosa foi uma poderosa força a animar o movimento estudantil em 1978 e 1979” (BORGES, 1997, p. 52).

Entretanto, Fialho Júnior apresenta outra perspectiva, que o movimento pela meia passagem teria esse papel na reorganização do movimento estudantil. Apresentando-se como uma causa de forte apelo mobilizador, já que a sua exigência vinha se arrastando de 1977 a 1979, quando ocorreu a greve da meia-passagem.

Houve várias tentativas de obter o benefício para os estudantes, como por exemplo, em 1978, quando

os estudantes universitários de São Luís voltaram a empreender a solicitação da meia passagem, desta vez buscando estender o benefício aos estudantes secundaristas. Esta solicitação foi feita por meio do Diretório Central dos Estudantes – DCE –, ao qual foi entregue um documento abaixo-assinado por 35.000 (sic) pessoas. Este documento foi levado pelo DCE ao prefeito Lerenó Nunes, reivindicando o direito já consolidado em todos os outros estados. Mais uma vez a solicitação foi ignorada (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 28-29).

As ações do movimento estudantil incluíram como estratégias a aglomeração de pessoas, ou de luta de massas, nos espaços públicos, em especial na Praça Deodoro e imediações. Realizaram uma assembleia geral com a presença de 1500 participantes. Depois um ato público com 15 mil pessoas (BORGES, 1997, p. 56-57).

Mas o que predominou foi a espontaneidade, que contou com a adesão dos estudantes das duas universidades da cidade, posteriormente somando-se os secundaristas e até mesmo não-estudantes na deflagração da greve dos estudantes e na sua presença maciça nas ruas do centro da cidade. A atuação foi unificada e por isso conseguiu fazer frente ao governo de maneira considerável.

Viégas, citado por Fialho Júnior, comenta o período histórico em que se deflagrou a greve:

Este tipo de incursão fomentada desde o final do ano de 1977, veio descambar num conjunto de manifestações públicas (o dia 17 de setembro de 1979 é considerado o seu grande ápice). Foi a consequência do amadurecimento de muitos movimentos, entidades e organizações, a síntese de bandeiras de luta, o destilamento do modo de atuação, o arrefecimento da repressão através do processo gradual de reabertura política (21 de maio de 1979 é a data do fim do famigerado Decreto-Lei nº477/69, que estrangulou o ME [movimento estudantil] em diversas partes do país), da criação de novos movimentos (no ritmo de abertura, o Congresso pela Anistia, no dia 02 de novembro cria o Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA) (VIÉGAS, 2004, p. 51 apud FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 32).

As explicações para a greve da meia-passagem variaram entre

a crise econômica que, após o “milagre”, aumentava a pobreza no país inteiro; as influências dos movimentos de contestação ao regime, que precipitavam e/ou radicalizavam a abertura política, nas regiões do Centro Sul e que, em maior ou menor intensidade, repercutiam no restante do país; a capacidade mobilizadora do movimento estudantil de São Luís, associada à estratégia de lutas de massas, que ganhava força em diversos movimentos pelo país; ou até, como especulava o governador João Castelo, uma “ação do comunismo internacional, infiltrado entre os pacatos estudantes de São Luís (BORGES, 1997, p. 61).

Para Fialho Júnior, os principais motivos da ocorrência da greve de 1979 pela meia passagem foram as reivindicações do povo ignoradas pelo poder (as tentativas fracassadas de obtenção da meia-passagem pela via “pacífica”), aumento das tarifas do transporte público e a repressão política aos movimentos sociais (FIALHO JÚNIOR, 2007, p. 29).

Borges faz a ressalva que as justificativas econômicas não são suficientes para explicar a mobilização de um grande contingente da população. “A questão particular do mal-estar ou bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus” (GRAMSCI, 1999, p.45). Não se pode negar que as crises econômicas criem um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, mas ela sozinha não explica a iniciativa de vontade para empreender uma campanha de agitação política (GRAMSCI, 1999, p.44-45).

Infelizmente as obras aqui analisadas para expor a ação coletiva do movimento estudantil não apresentaram um aprofundamento na experiência dos participantes para desnudar a constituição da vontade coletiva em torno da luta pela meia-passagem.

Após a vitória dos estudantes na greve da meia-passagem, o movimento estudantil passou por uma intensa atividade política e não se limitou às suas demandas, mas participaram de outras lutas sociais:

pela liberação da Praça Deodoro para eventos do tipo comemoração do dia dos estudantes, o dia nacional de luta contra a carestia, organizado pelo Movimento Contra a Carestia em 27/08/80 e, no dia seguinte, o 1º Comício de Lula no Maranhão; a luta dos moradores do bairro Sá Viana contra a UFMA pela posse dos terrenos, que resultou na derrubada das casas, cujos moradores foram abrigados pelo DCE em sua sala, na própria UFMA; a luta dos estudantes pela carteira ou farda como critério para o direito à meia passagem, que resultou em ocupação da Câmara dos Vereadores e em brutal violência policial em 1981; os atos públicos de protesto, dentre outras (BORGES, 1997, p. 68).

A Igreja Católica, que inicialmente esteve envolvida diretamente na articulação dos estudantes, passou a perder espaço para os partidos políticos, resultando numa radicalização do debate político-ideológico nas universidades (BORGES, 1997, p. 67).

A política estava na pauta do dia da sociedade civil, que percebia uma importância na sua participação, tornando as ruas e praça da cidade em espaços políticos.

Movimento Feminista: “o pessoal é político”

Desde os anos 1960 existiam em São Luís grupos de mulheres, articulados principalmente com as associações de bairro, com as paróquias da Igreja Católica ou com instituições públicas, e que se mobilizaram para a supressão de problemas, geralmente relacionados aos serviços urbanos e às políticas públicas (ROCHA, 2003, p. 82).

No ano de 1980 surgiu o primeiro movimento feminista no Maranhão, Grupo de Mulheres da Ilha, abrindo caminho para a consolidação das discussões sobre a condição feminina no estado e, se posicionando contra a ditadura empresarial militar.

De acordo com Lourdes Rocha, a emergência desses grupos está relacionada com

o processo iniciado na segunda metade de 70, na luta pela redemocratização do Estado brasileiro e da reorganização e fortalecimento da sociedade civil, e, ao mesmo tempo, sob a influência das mudanças evidenciadas no movimento feminista europeu e norte-americano⁸ com repercussão no Brasil, quando no início dos anos 70 (ROCHA, 2003, p. 82).

⁸ A segunda onda do feminismo começou na década de 1960 nos [Estados Unidos](#), espalhando-se pelo [mundo ocidental](#). No Brasil, chegou nos anos 1970. O debate feminista apresentou uma ampla gama de

Ao longo da década de 1980 se formaram outros grupos: Grupo de Mulheres Comitê Oito de Março (1983), União de Mulheres do Sacavém (1984), SOS Violência, depois transformado no grupo Viva Maria (1985), Espaço Mulher (1985), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1985) (ROCHA, 2003, p. 85; ARAÚJO, 2007, p. 63).

Em São Luís, a realização de um curso de oferecido pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, ministrado por Mariza Correa, professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, bem como o curso de outra professora, Lucila Scavone, estão intimamente ligados à criação do grupo pioneiro, que teria surgindo motivado pelas questões que foram discutidas nesses cursos (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Disso, Araújo e Rocha inferiram, e também ficou evidente a partir das entrevistas que realizaram, que a formação dos grupos era constituída, originariamente, por universitárias, participantes dos referidos cursos e que já pesquisavam ou passaram a pesquisar as questões femininas (ARAÚJO, 2007, p.62).

As reflexões das reuniões dos grupos estavam voltadas para a crítica ao machismo, discutindo a condição feminina a partir das desigualdades no mundo doméstico, do trabalho, e em outras dimensões da vida. Além de colocar a pauta da questão da violência, do direito sobre seu corpo, e também da saúde da mulher.

O movimento feminista passa a colocar como bandeira das lutas sociais questões até então entendidas como questões pessoais, secundárias ou consequência apenas das contradições de classe. Fala-se de diferenças, de poder nas microrrelações, da afetividade e da sexualidade. Reivindica-se para as mulheres o protagonismo na história da qual foram secularmente alijadas. Nas faixas das passeatas e atos públicos, a grande descoberta: “o pessoal é político”, portanto, é preciso alargar a noção de política e mudar o jeito de fazê-la (ROCHA, 2003, p. 86).

A politização do doméstico significava o rompimento com os problemas considerados “coisa de mulher”.

Os grupos que se constituíram em São Luís tinham uma composição social de classe média. Mulheres universitárias e profissionais liberais, geralmente das áreas das ciências sociais, humanas e da saúde, voltadas para às questões da mulher. Isso significa que não se tratava de movimentos populares.

questões: [sexualidade](#), [família](#), mercado de trabalho, direitos reprodutivos, desigualdades reais e desigualdades legais.

Ao longo dos anos 1980, organizaram-se outros grupos, indicando divergências sobre o protagonismo da questão da mulher. Rocha identificou duas posições diferentes nos grupos de São Luís: uma socialista, e a outra marxista dogmática.

Na primeira, as militantes mesmo participando de outros grupos políticos, como partidos de oposição, movimento estudantil, entidades progressistas e sindicatos, não abriam mão das chamadas “questões específicas” às mulheres, que era o caso do Grupo de Mulheres da Ilha. Enquanto o Grupo de Mulheres Oito de Março e a União de Mulheres, militantes, respectivamente, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), consideraram que não deveriam haver questões específicas das mulheres. Tendo como objetivo somente o incentivo a mobilização e organização das mulheres (ROCHA, 2003, p. 87-88).

Além dessa diferenciação, as militantes também formaram novos grupos com a justificativa da não identificação com o grupo, relacionada principalmente à questão étnico-racial. Tanto Araújo como Rocha expõem essa divergência que ilustra a inserção do movimento feminista no mundo concreto perpassado pelo recorte de classe, e no caso brasileiro, pelo recorte étnico-racial.

A designação no singular para o movimento feminista não tem a pretensão de negar a diversidade sociocultural das suas participantes. A multiplicidade dos seus sujeitos confronta as teorias sobre gênero com a história, passando da abstração para a concretude do cotidiano das mulheres e suas diversas inserções sociais.

Entretanto, a vivência contraditória que gerou divisões de acordo com diferentes inserções sociais não impediu a realização de ações conjuntas, principalmente, nas comemorações do dia internacional da mulher, em 8 de março. Segundo Araújo, essa data se constituiu em momentos-chave para a articulação de protestos públicos contra a discriminação de gênero, ilustrando a solidariedade em torno da condição feminina (ARAÚJO, 2007, p. 69).

Apesar da ligação acadêmica, as militantes feministas se articularam com as mulheres dos bairros populares. Tanto autonomamente quanto por intermédio da Igreja Católica, que tinha setores ligados às comunidades em um período caracterizado pelo conflito em torno de problemas de infraestrutura e de moradia.

Essa aproximação com as classes populares não foi pacífica.

Eram comuns as interferências dos grupos políticos de esquerda que criticavam a posição do grupo em discutir questões específicas quando o país passava por um momento de grandes transformações para todos. Outro fator para o fim dessa articulação diz respeito ao

preconceito por parte dos companheiros das mulheres, por não verem com bons os discussões sobre prazer, o corpo e a sexualidade (ARAÚJO, 2007, p.72).

Havia uma polêmica na década de 1980 diretamente relacionada à questão da saúde da mulher.

Para o feminismo em geral, o Estado não deveria vincular o acesso aos serviços de planejamento familiar às suas políticas de controle demográfico, devendo garantir liberdade de decisão para o casal e prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse planejamento por parte da sociedade (ARAÚJO, 2007, p. 65).

O Grupo de Mulheres da Ilha criticou incisivamente a política de planejamento familiar focada estritamente na mulher e de uma concepção de saúde resumida ao aspecto da fertilidade. As militantes chegaram a denunciar a distribuição de anticoncepcionais feita de forma inadequada para mulheres da periferia de São Luís (ARAÚJO, 2007, p. 66). Chegaram a se envolver na implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) do Ministério da Saúde.

Apesar dessa vitória, o programa foi implantado somente por dois anos. Fato lamentado pelas militantes, já estava previsto ações educativas e preventivas, contemplando todas as fases da vida da mulher, e considerando a sua inserção social além dos aspectos biológicos (ARAÚJO, 2007, p. 65-66).

A criação da Delegacia Especial da Mulher foi outro foco de ação das militantes feministas maranhenses, que empreenderam articulações políticas, pesquisas, reuniões, diálogos, no intuito de conseguir a efetivação de políticas públicas que considerem a condição de desigualdade em que estão submetidas pessoas na condição feminina.

Para isso, formou-se uma ação conjunta de mulheres de várias organizações – SOS Violência, Comitê Oito de Março, Grupo de Mulheres da Ilha, Fórum de Debates e Grupo de Mulheres Negras do Centro de Cultura Negra – que se manifestavam críticas ao poder crítico ao poder público pela demora em efetivar a Delegacia da Mulher, que só foi se realizar no ano de 1987, dois anos após a criação no estado de São Paulo.

A implantação dessas políticas públicas não representava o paraíso, e o fim da luta feminista, mas, evidentemente, representou conquistas inéditas, reconhecidas pelo Estado Restrito.

Considerações finais: uma sociedade articulada

A exposição dos principais movimentos sociais maranhense indica que a sociedade civil estava articulada. A constituição de *Frentes* de atuação política, em que coadunavam entidades, movimentos ou lideranças políticas, que se envolviam nas causas um do outro significava menos vulnerabilidade, mais visibilidade e ampliação do poder de barganha porque agregava mais pessoas, representa bem o grau de organização dos sujeitos coletivos. Mesmo que a diversidade de interesses dificultasse a definição de ações concretas e o alcance dos objetivos (BORGES, 1997, p. 47), a interação entre os atores sociais levou à interpretação de que os grupos não hegemônicos organizados em suas respectivas bandeiras possuíam uma luta em comum, contra a exclusão e a opressão de uma forma geral. Mas apesar de proferirem um discurso uníssono, calcado na reivindicação de direitos e na transformação social, era evidente a heterogeneidade das manifestações e bandeiras de luta.

Os resultados da ação dos movimentos sociais foram variados, criando espaços de institucionalização ou mesmo mantendo a crítica constante como ponto de solidez do coletivo. Alguns apresentaram uma noção de participação política excepcional, relegada a momentos específicos. Muitos movimentos e entidades não duraram muito tempo. Infelizmente, a consolidação do espaço de debate de muitos grupos esteve condicionada a exigências pontuais, e não foi comum o prolongamento das atividades políticas para além da luta pela volta da democracia, consolidada com a Constituição de 1988.

A emergência de novos sujeitos políticos envolveu a articulação dos movimentos sociais com outras formas de organização, como os setores progressistas da Igreja Católica e setores da esquerda. E essa relação foi significativa para politizá-los, chegando a produzir uma linguagem de identificação, que por fim, constituiu o “nós” – o sujeito coletivo (ROCHA, 1998, p. 13).

Considero que a articulação de movimentos sociais com outras entidades não seja suficiente para menosprezar o cenário de agitações políticas porque não corresponderiam a ações populares autônomas, e até mesmo espontâneas. Analiso as articulações dentre organizações e movimentos como representativas de uma sociedade civil engajada na construção de um outro padrão para a política. “Os movimentos lutavam para ter direito a ter direitos e não eram autocentrados, no sentido de estarem voltados apenas para suas próprias questões” (PEREIRA, 2015b, p.19).

O mapeamento dos movimentos sociais no Maranhão tem uma grande validade diante do comportamento apolítico e da passividade tradicionais das grandes massas populares no país. A tentativa que esses movimentos empreenderam direciona para uma

compreensão da questão democrática além da concepção liberal, mesmo que as bandeiras de luta não se configurassem em propostas de ruptura do sistema. Porque mesmo limitadas, indicavam algum grau de amadurecimento político.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Lúcia Alves de. **Mulheres em luta**: memória e história na São Luís dos anos 80. 2007. 103 f. Monografia (História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1997. 296f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.

COSTA, Célia Maria Leite. **Os estudantes e a política**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica> Acesso em: 26 Ago. 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja**: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981. 1994. 70f. Monografia de conclusão do curso de História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

DIAS, Roseane Gomes. **Direitos humanos no Maranhão**: concepções, agentes e institucionalização. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FIALHO JUNIOR, Ilídio Lima. **“Neste luto começa a luta”**: Uma análise historiográfica da Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão. 2007. 50f. Monografia (História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Maquiavel notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999, p. 13-109.

Herança Maldita: José Sarney e a reinvenção do latifúndio. Disponível em: <<http://www.maranhaodagente.com.br/heranca-maldita-jose-sarney-e-reinvencao-latifundio/>> Acesso em: 29 Ago. 2016.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré - Maranhão. São Luís, UFMA/Secretaria Educação Ma., 1984.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Luta por direitos:** movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. 2015a. 209f. Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa.

_____. Luta por moradia e condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio E. A. et al. **Histórias do Maranhão em Tempos de República.** São Luís: Edufma; Jundiaí: Paco Editorial, 2015b, p. 353-380.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Caderno de Exercícios 2.** São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

_____. Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. **Políticas Públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81- 107.

ZANINI, Camila Follegati; BACCEGA, Marcus; ZAPPIA, Rafael Balan. A teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. **História e Perspectivas,** Uberlândia (44), jan.jun. 2011, p. 61-104.